

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1999

Autoria: Câmara dos Deputados**Iniciativa:** Presidência da República**Ementa:**

Dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-BRASIL Re para a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e dá outras providências.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Sistema Financeiro Nacional**Data de Leitura:** 11/11/1999**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada pelo Plenário**Último local:** -**Destino:** À sanção**Último estado:** 21/12/1999 - TRANSFORMADA EM
NORMA JURÍDICA**TRAMITAÇÃO****10/06/2015** SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** Arquivado.**08/06/2015** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Ao Arquivo.**01/08/2014** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.**09/10/2012** SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo**Ação:** À SECRETARIA DE EXPEDIENTE PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES;
REFERENTE AO PL 1699/1999;**13/11/2002** SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo**Ação:** PROCESSO DEVOLVIDO**11/11/2002** SF-PLLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO**Ação:** Encaminhado ao Arquivo.**05/11/2002** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1999

TRAMITAÇÃO

Ação: Anexei o original do Ofício nº 246/P, de 16/10/2002, do Ministro Presidente Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte deferiu, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.244 (juntada de fls. nº 164), impetrada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), contra o Presidente da República e o Presidente do Congresso Nacional, a medida acauteladora para suspender, no art. 3º da Lei nº 9.932, de 20.11.99, a eficácia dos incisos I, II, III e IV, tendo voto vencido o Senhor Ministro Relator, declarando, por unanimidade, prejudicado o pedido de concessão de liminar, no tocante aos demais artigos, tendo em conta o referendo ocorrido na ADIN nº 2.223-7 - Distrito Federal. (juntada de fls nº 223).
Ao PLEG com destino à SSARQ.

05/11/2002 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Anexei o original do Ofício nº 247/P, de 16/10/2002, do Ministro Presidente Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte referendou liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.223, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contra o Presidente da República e o Presidente do Congresso Nacional (junta de fls. nº 133 e nº 183 onde consta concessão de liminar) concedida, vencido, em parte, o Senhor Ministro Relator no que emprestava referendo apenas quanto à suspensão da expressão "incluindo a competência para conceder autorizações", contida no artigo 1º da Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999. (juntada de fls nº 222).

15/10/2002 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo emprestado à SSCLSF.

11/08/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo devolvido

11/08/2000 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Encaminhado ao Arquivo.

09/08/2000 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Ao PLEG, com destino ao Arquivo.

08/08/2000 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: Devolvido após coiconsulta.

01/08/2000 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Anexada a Mensagem nº 39, de 2000, do STF, solicitando informações do Senado Federal para instruir o processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2244, referente à Lei nº 9.932, de 1999, de fls. 164/182.
Anexada, também, a Mensagem nº 42, de 2000, do STF, comunicando que deferiu liminar e suspendeu, "ad referendum" daquele Tribunal, a eficácia, até o julgamento final da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2223, referente aos arts. 1º e 2º, parágrafo único do art. 3º, arts. 4º a 10 e 12 da Lei nº 9.932, de 1999, de fls. 183/185.
Devolvido à Advocacia-Geral do Senado Federal.

01/08/2000 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: A pedido da Senhora Sonia.

TRAMITAÇÃO

30/06/2000 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Anexado o Ofício nº 1.245/2000, do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações do Senado para instruir o processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2223.
Devolvido à Advocacia-Geral.

30/06/2000 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: a pedido da Senhora Sonia.

14/06/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo emprestado à Advocacia - ADVOSF

29/05/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo Devolvido à SSARQ.

29/05/2000 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: devolvido após consulta.

04/04/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo Emprestado à ADVOSF

29/03/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo Devolvido à SSARQ

29/03/2000 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: devolvido após consulta.

20/03/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo Emprestado à ADVOSF

20/03/2000 SF-SSARQ - Subsecretaria de Arquivo

Ação: Processo arquivado

20/01/2000 SF-PLIG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Encaminhado ao Arquivo.

TRAMITAÇÃO

18/01/2000 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Ofício nº 245/2000(SF), ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o incluso autógrafo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal. flnº 97.

Ao Protocolo Legislativo com destino ao Arquivo.

13/01/2000 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: recebido neste órgão às 10:40 horas.

12/01/2000 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura da Mensagem nº 37/2000 (nº 1.978/99, na origem), do Senhor Presidente da República, restituindo autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 9.932, de 20 de dezembro de 1999.

À SSEXP, para a devida comunicação à Câmara dos Deputados e posterior remessa do processado ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 126

12/01/2000 SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa

Ação: Encaminhado ao Plenário para leitura da Mensagem Presidencial.

22/12/1999 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SGM, Atendendo Solicitação.

21/12/1999 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 009932 DE 1999.
DOU-21/12/1999, PÁG.00001.

20/12/1999 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Ofício SF1398 de 16/12/99 ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando MSF 359/99 ao Presidente da República submetendo à sanção o PLC 56/99.

Ofício SF 1399 de 16/12/99 ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando envio à sanção.

15/12/1999 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 17:15 hs.

TRAMITAÇÃO

15/12/1999 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Procedida a revisão dos autógrafos de fls. 88 a 90.
À Subsecretaria de Expediente.

15/12/1999 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SSCLSF, para revisão dos autógrafos.

14/12/1999 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido nete órgão às 17:30 hs.

14/12/1999 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Anunciada a matéria.

Discussão encerrada, tendo usado da palavra os Srs. Roberto Saturnino, José Eduardo Dutra, Pedro Simnon, Álvaro Dias, José Alencar e Edison Lobão (como Relator).

Aprovado, após usar da palavra o Sr. Roberto Freire, com votos contrários dos Srs. Lauro Campos, Tião Viana, Arlindo Porto, José Alencar, José Eduardo Dutra, Edurdo Suplicy, Geraldo Cândido e as Sras. Marina Silva, Emília Fernandes e Heloisa Helena.

À sanção.

À SSEXP.

Publicado no DSF Páginas 34846-34851

08/12/1999 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 14.12.99.

Discussão, em turno único.

07/12/1999 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura do parecer nº 1089/99 - CAE (Relator: Senador Edison Lobão), favorável.

À SSCLSF.

Publicado no DSF Páginas 34046-34047

07/12/1999 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para leitura de parecer.

07/12/1999 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

07/12/1999 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1999

TRAMITAÇÃO

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao projeto. Votam vencidos os Senadores Carlos Bezerra, Roberto Saturnino, José Alencar e Eduardo Suplicy.

À SSCLSF.

06/12/1999 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Senador Edison Lobão minuta de relatório favorável ao projeto. Cópia anexada ao processado. A matéria está pronta para a pauta.

17/11/1999 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna, designa o Senador Edison Lobão relator da matéria.

17/11/1999 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.

À CAE, devendo ser observado os prazos de quarenta e cinco dias, para sua tramitação e de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, perante a referida Comissão.

À CAE.

Publicado no DSF Páginas 31041-31057

12/11/1999 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para leitura.

11/11/1999 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 59 (cinquenta e nove) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLS.

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 56/1999

Data: 11/11/1999

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB-BRASIL Re para a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e dá outras providências.